

REGIÃO NORTE

Grupo 1 – ALICIAMENTO PARA TRÁFICO DE DROGAS

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	1.1 Realizar campanhas articuladas entre as políticas para prevenção do uso abusivo de drogas através de produção de spot para reprodução em redes sociais; 1.2 Realizar eventos comunitários; 1.3 Realizar seminários para mobilização dos profissionais de educação, saúde, segurança, trabalho e assistência social em torno das especificidades das situações de aliciamento para o tráfico de drogas; 1.4 Inserir ações de prevenção ao aliciamento para o tráfico de drogas nos planos municipais e no orçamento público.	Assistência Social Saúde Educação Esporte e Cultura Segurança Sociedade civil Comunicação Conselhos Setoriais	Participação de crianças e jovens no tráfico de drogas reduzida. Participação da comunidade no enfrentamento a este problema ampliada. Rede de serviços públicos no território ampliada.	1.1 Curto e médio 1.2 Curto prazo 1.3 Médio e longo prazo
2. Identificação	2.1 Articular ações de busca ativa entre as equipes de abordagem social e o consultório de rua; 2.2 Elaborar ações articuladas entre as	Assistência Social Saúde Educação	Trabalho integrado entre as políticas fortalecido. Estratégias de identificação das situações de trabalho infantil	2.1 Médio e longo prazo.

	<p>equipes do programa de saúde da família, professores, Conselhos Tutelares e as equipes do SUAS para identificação de situações de trabalho infantil;</p> <p>2.3 -Capacitação das equipes de busca ativa para otimizar a identificação e o cadastramento de crianças e adolescentes aliciadas para o tráfico.</p>	Conselho Tutelar	<p>ampliadas.</p> <p>Marcação de Trabalho Infantil no CadÚnico nos territórios de alta incidência ampliada.</p>	<p>2.2 Curto prazo</p> <p>2.3 Médio prazo</p>
3 Proteção	<p>3.1 Realizar reuniões periódicas entre as políticas setoriais para o planejamento das ações e encaminhamentos da rede de proteção em cada território;</p> <p>3.2 Realização de acompanhamento familiar integrado entre as políticas de assistência, saúde e educação.</p> <p>3.3 Articular o Mais Educação e o SCFV para garantir a implementação e otimização dos serviços potencializando suas ações.</p> <p>3.4 Capacitar profissionais utilizando cursos da SENAD ou outros específicos;</p> <p>3.5 Estabelecer prioridade de acesso ao Pronatec Aprendiz para o adolescente retirado do aliciamento do tráfico de forma assistida e com sensibilização dos atores (empresas, Acessuas...)</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Segurança pública</p> <p>Conselhos tutelares</p> <p>MTE</p> <p>ACESSUAS</p>	<p>Agenda permanente de trabalho intersetorial para acelerar a erradicação do trabalho infantil construída.</p> <p>Papel e função protetiva das famílias fortalecido.</p> <p>Adolescentes preparados e inseridos prioritariamente no programa Pronatec Aprendiz</p>	<p>3.1 Médio prazo</p> <p>3.2 Médio e longo prazo</p>

<p>4 Defesa e Responsabilização</p>	<p>4.1 Realizar capacitação intersetorial para conselhos tutelares, sistema de justiça, visando à garantia de proteção integral à criança e ao adolescente.</p> <p>4.2 Capacitar os agentes de segurança pública visando uma abordagem qualificada.</p> <p>4.3 Realizar ações de fortalecimento da função de controle social exercida pelos conselhos setoriais e da criança e do adolescente.</p>	<p>Segurança pública.</p> <p>Sistema de Justiça (Juiz, promotor defensor)</p> <p>Assistência Social</p> <p>Conselhos</p> <p>FUNAI</p> <p>Polícia Federal</p> <p>Fóruns PETI</p>	<p>Agentes de segurança pública, conselheiros e profissionais do sistema de justiça capacitados e sensibilizados em relação ao tema.</p> <p>Espaços de debate nos Conselhos sobre o papel da defesa e responsabilização para o devido exercício do controle social ampliados.</p>	<p>4.1 Curto prazo</p> <p>4.2 Médio prazo</p>
<p>5 Monitoramento</p>	<p>5.1 Encaminhar os casos denunciados. (Disque 100) de acordo com os fluxos estabelecidos.</p> <p>5.2 Número de notificações para o atendimento de saúde.</p> <p>5.3 Diagnósticos da rede de serviços públicos do território. (comparativo com o antes e depois das ações)</p> <p>5.4 Número de participantes em seminários e campanhas.</p> <p>5.5 Verificação da inserção das ações nos planos e orçamentos.</p> <p>5.6 Número de encaminhamentos entre as políticas.</p> <p>5.7 Notificação Integrada</p> <p>5.8 Registro no CadÚnico.</p> <p>5.9 Número de atores capacitados para as diversas políticas.</p> <p>5.10 Verificação das notificações integradas por meio do SINAN.</p> <p>5.11 Relatórios das reuniões periódicas.</p> <p>5.12 Número de acompanhamentos familiares.</p> <p>5.13 Registro das articulações, convênios e acordos de cooperação entre as políticas.</p> <p>5.14 Registro do Acompanhamento familiar no Registro Mensal de Atendimento- RMA.</p>			

	<p>5.15 Censo SUAS. 5.16 Pronatec</p> <p>5.17 Número de capacitações 5.18 Verificação da pauta do tema nos conselhos e dos encaminhamentos 5.19 Número de ações voltadas ao fortalecimento da função de controle social dos conselhos. 5.20 Números de ações realizadas do Controle Social.</p>
--	---

Grupo 2 – EXPLORAÇÃO SEXUAL				
Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	<p>1.1 Realizar Campanhas Informativas;</p> <p>1.2 Buscar a mobilização de Empresas para inserção de indivíduos explorados sexualmente na aprendizagem;</p> <p>1.3 Realizar seminário, oficinas e demais eventos pertinentes a exploração sexual infantil;</p> <p>1.4 Realizar audiências públicas;</p> <p>1.5 Capacitar membros da rede</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Conselhos</p> <p>SSP</p> <p>MTE</p> <p>DETRAN</p> <p>SPM</p> <p>Secretaria de Turismo</p>	<p>População sensibilizada e orientada;</p> <p>Oficinas realizadas</p> <p>Audiências públicas realizadas</p>	<p>Curto e Médio Prazo (Final de 2015)</p>

	<p>de atendimento e enfrentamento.</p> <p>1.6 - Realizar de atividades Lúdicas (Mascotes);</p> <p>1.7 – Promover a divulgação intersetorial das Ações.</p>	<p>Esporte Cultura</p> <p>Meios de comunicação</p> <p>Sociedade Civil.</p>		
2. Identificação	<p>2.1 Promover a Busca Ativa;</p> <p>2.2 Promover o SINAN por meio das Unidades de Saúde;</p> <p>2.3 Mapear todos os Sistemas de Informações, consolidando em um único sistema;</p> <p>2.4 Articular com as Ouvidorias; Frequência Escolar e identificação pelos professores de comportamentos dos indivíduos;</p> <p>2.5 Estimular Agentes com Capilaridades para a identificação de Exploração Sexual.</p>	<p>Educação</p> <p>Saúde</p> <p>Assistência Social</p> <p>Poder Judiciário</p> <p>Delegacias</p> <p>Sociedade Civil.</p>	<p>Indicadores construídos;</p> <p>Redes de Serviços Públicos ampliada;</p> <p>Participação da Comunidade ampliada.</p> <p>Indivíduos com até 17 anos em situação de exploração sexual identificados;</p> <p>Rede de atendimento e enfrentamento a exploração sexual infantil ampliada.</p>	Médio a longo prazo (até 2017)

<p>3. Proteção</p>	<p>3.1 Inserir indivíduos Explorados Sexualmente em contra turnos;</p> <p>3.2 Articular ações intersetoriais; Saúde; Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, Assistência Social, Educação, Poder Judiciário e outros parceiros;</p> <p>3.3 Inserir indivíduos em Cursos de Aprendizagem (PRONATEC);</p> <p>3.4 Capacitar Conselheiros;</p>	<p>Poder Judiciário e delegacias</p>	<p>Sensibilização e proteção de indivíduos aprimorada;</p> <p>Indivíduos identificados da Exploração Sexual retirados e protegidos.</p>	<p>Curto prazo (2015)</p>
<p>4. Defesa e Responsabilização</p>	<p>4.1 Promover a responsabilização pelos Auditores Fiscais junto com a polícia com a retirada dos indivíduos em situação de exploração sexual;</p> <p>4.2 Promover a atuação do MPT com a elaboração de TAC;</p> <p>4.3 Responsabilizar penalmente</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Conselhos</p> <p>SSP</p> <p>MTE</p>	<p>Agentes envolvidos capacitados;</p> <p>Audiências públicas realizadas e com resultados avaliados;</p>	<p>Curto e Médio prazo</p>

	<p>os exploradores desses indivíduos;</p> <p>4.4 Articular intersetorialmente o encaminhamento para as políticas de defesa e responsabilização.</p> <p>4.5 Acompanhar e publicizar audiências públicas;</p> <p>4.6 Realizar capacitações intersetoriais de Conselhos tutelares e demais atores de defesa e de responsabilização.</p>	<p>DETRAN</p> <p>SPM</p> <p>Secretaria de Turismo</p> <p>Esporte</p> <p>Cultura</p> <p>Meio de comunicação</p> <p>Sociedade Civil</p>		
<p>5. Monitoramento</p>	<p>5.1 Número de participantes em Seminários e Campanhas e demais eventos</p> <p>5.2 Monitoramento permanente dos casos de exploração sexual de indivíduos com até 17 anos e de indicadores.</p> <p>5.3 Identificar a retirada do indivíduo que foi encontrado em Exploração Sexual;</p> <p>5.4 Encaminhamento das audiências públicas;</p> <p>5.5 Números de profissionais capacitados;</p> <p>5.6 Números de ações voltadas para a defesa e responsabilização.</p>			

Grupo 3 – TRABALHO DOMÉSTICO

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersectoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	1.1 Realizar audiências públicas, campanhas, palestras nas comunidades e escola, fóruns de discussão, dentre outras;	Assistência Social Educação Saúde (ESF, CERESTs, Agente Comunitário de Saúde)	Cultura do TI rompida Nível de informação aumentada Mobilização para o enfrentamento da situação do TI aprimorada	Curto e permanente
	1.2 Articulação com os meios de comunicação local e redes sociais para disseminar informações sobre o TI;	Trabalho e Emprego Segurança Pública	Trabalho Infantil, especialmente o doméstico visibilizado Tema divulgado e ações de sensibilização implementadas	
	1.3 Realizar atividades por ocasião do 12 de junho	Conselho Tutelar Conselhos de direitos da criança e do adolescente		Curto e permanente
	1.4 Disseminar informação para as famílias	Conselhos Setoriais Sistema de Justiça Lideranças Comunitárias e Religiosas Rádios comunitárias, jornais, revistas, TV local,		

		secretarias/assessorias de comunicação dos órgãos		
2. Identificação	<p>2.1 Desenvolver ações articuladas de busca ativa entre as equipes do ESF, equipes do SUAS, CTs</p> <p>2.2 Planejar ações articuladas entre as equipes do programa de saúde da família, professores e as equipes do SUAS para identificação de situações de trabalho infantil.</p> <p>2.3 Capacitar equipes de busca ativa para otimizar a identificação e o cadastramento de crianças e adolescentes no trabalho infantil doméstico;</p> <p>2.4 Buscar parcerias com lideranças comunitárias e religiosas locais para identificação dos casos de trabalho infantil</p>	<p>Saúde</p> <p>Assistência Social</p> <p>Conselho Tutelar</p> <p>Lideranças comunitárias e religiosas locais</p>	<p>Trabalho integrado entre as políticas fortalecido;</p> <p>Estratégias de identificação das situações de trabalho infantil ampliadas;</p> <p>Marcação de Trabalho Infantil no CadÚnico nos territórios de alta incidência ampliada.</p> <p>Lideranças comunitárias e religiosas estimuladas na identificação e encaminhamento os casos de trabalho infantil;</p>	Curto e permanente

<p>3. Proteção</p>	<p>3.1 Capacitar profissionais de educação, saúde, assistência social, segurança pública, conselheiros tutelares na identificação de sinais de TI e encaminhamento dos casos;</p> <p>3.2 Realizar reuniões periódicas entre as políticas setoriais para o planejamento das ações e encaminhamentos da rede de proteção em cada território.</p> <p>3.3 Realizar o acompanhamento familiar de forma integrada entre as políticas de assistência, saúde e educação;</p> <p>3.4 Promover a articulação do Mais Educação e o SCFV para garantir o contraturno.</p> <p>3.5 Incluir o tema trabalho infantil no Projeto Político Pedagógico da escola (de cada unidade escolar);</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação (Direção de escola, secretaria de educação, rede escolar)</p> <p>Segurança pública</p> <p>Conselhos tutelares</p>	<p>Agenda permanente de trabalho intersetorial para acelerar a erradicação do trabalho infantil elaborada.</p> <p>Papel e da função protetiva das famílias potencializado;</p> <p>Agentes de segurança pública, conselheiros e profissionais do sistema de justiça capacitados e sensibilizados em relação ao tema.</p> <p>Espaços de debate nos Conselhos sobre o papel da defesa e responsabilização para o devido exercício do controle social ampliados.</p> <p>Tema do trabalho infantil Incluído no PPP escolar;</p> <p>Crianças e adolescentes mais empoderados sobre o tema do trabalho infantil;</p> <p>Crianças e adolescentes retirados do trabalho infantil;</p> <p>Maior escolaridade viabilizada;</p>	
---------------------------	---	--	---	--

	<p>3.6 Acompanhar a frequência e o rendimento escolar de crianças e adolescentes;</p> <p>3.7 Desenvolver programas / projetos de geração de emprego e renda para as famílias;</p> <p>3.8 –Realizar a capacitação intersetorial para conselhos tutelares, sistema de justiça, visando à garantia de proteção integral à criança e ao adolescente.</p> <p>3.9 Realizar ações de fortalecimento da função de controle social exercida pelos conselhos setoriais e da criança e do adolescente.</p> <p>3.10 Criar uma comissão/GTs e prevenção e erradicação</p>		<p>Distorção idade/série superada;</p> <p>Famílias incluídas no mercado de trabalho, com renda familiar aumentada e com autonomia;</p>	
4. Defesa e Responsabilização	<p>4.1 Responsabilizar empregadores de trabalho infantil doméstico, com apoio dos auditores fiscais a partir de denúncias</p>	<p>Secretarias de Trabalho Emprego (Auditores Fiscais)</p> <p>Empregadores</p>	<p>Multas aplicadas</p> <p>Encaminhamentos para a rede de atendimento efetivados;</p>	<p>Curto e permanente</p>

	<p>recebidas;</p> <p>4.2 Promover abordagens pelos conselhos tutelares;</p>	Conselhos Tutelares	<p>Agentes de segurança pública, conselheiros e profissionais do sistema de justiça capacitados e sensibilizados em relação ao tema.</p> <p>Espaços de debate nos Conselhos sobre o papel da defesa e responsabilização para o devido exercício do controle social ampliados.</p> <p>Ações de responsabilização (MPT) implementadas;</p>	
5. Monitoramento	<p>5.1 número de atividades realizadas (escolas, comunidades);</p> <p>5.2 pelo número de participantes e seus engajamentos (em cada seguimento – comunidade, escola, segurança, saúde, etc)</p> <p>5.3 número de situações denúncias</p> <p>5.4 aumento do número de entidades e serviços envolvidos</p> <p>5.5 número de inserções de materiais/matérias veiculadas e periodicidades</p> <p>5.6 número de encaminhamentos entre as políticas.</p> <p>5.7 Notificação Integrada</p> <p>5.8 Registro no CadÚnico.</p> <p>5.9 Percentual dos municípios que foram cobertos com a busca ativa</p> <p>5.10 número de reuniões intersetoriais realizadas</p> <p>5.11 número de capacitações</p> <p>5.12 verificação da pauta do tema nos conselhos e dos encaminhamentos</p> <p>5.13 número de ações voltadas ao fortalecimento da função de controle social dos conselhos.</p>			

	<p>5.14 número de escola que incluíram o tema no PPP</p> <p>5.15 ações realizadas a partir da inclusão no PPP</p> <p>5.16 número de casos denunciados pelas escolas onde esse trabalho aconteceu</p> <p>5.17 através das instancias multidisciplinar de acompanhamento escolas</p> <p>5.18 acompanhamento das condicionalidades do Bolsa Família</p> <p>5.19 Censo Escolar</p> <p>5.20 registro das crianças e adolescentes no acompanhamento das condicionalidade</p> <p>5.21</p> <p>5.22 ato formal de criação</p> <p>5.23 número reuniões e atividades desenvolvidas</p> <p>5.24 cronograma/plano de ações de atividades</p> <p>5.25 relatórios de atividades realizadas</p> <p>5.26 divulgação para a população</p> <p>5.27</p> <p>5.28 Número de multas aplicadas</p> <p>5.29 número de notificações</p> <p>5.30 número de encaminhamento para a rede</p>
--	--

Grupo 4 – TRABALHO INFORMAL

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	1.1 Realizar campanhas educativas através de redes de apoio, de forma articulada com todas as políticas;	Assistência Social Saúde Educação	Índice do trabalho informal – reduzido; Agenda permanente de trabalho intersetorial para acelerar a erradicação do trabalho infantil desenvolvida e pactuada;	Longo prazo Curto prazo
	1.2 Capacitar atores	Conselhos (Estadual e Municipal)		

	<p>envolvidos e a sociedade em geral, com foco na sensibilização interna;</p> <p>1.3 Fortalecer a rede de apoio;</p> <p>1.4 Garantir no orçamento público recursos necessários para o combate ao trabalho infantil;</p> <p>1.5 Promover eventos em pontos estratégicos com uso de rádio, televisão e jornal;</p> <p>1.6 Promover campanhas de capacitação das equipes volantes para levar informações para as áreas ribeirinhas e indígenas;</p> <p>1.7 Viabilizar transportes para realização de capacitação para essas localidades mais distantes e de difícil acesso.</p> <p>1.8 Construção de uma agenda intersetorial.</p>	<p>Tutelares e de Direitos</p> <p>Cultura</p> <p>FUNAI</p> <p>SESAI</p> <p>Judiciário</p> <p>Esporte</p> <p>Conselho com deficiência</p> <p>Conselho da Assistência.</p> <p>Conselho da Criança e adolescente</p>	<p>Atores envolvidos capacitados;</p> <p>Comunidade sensibilizada e iniciada a mudança da cultura da naturalização do trabalho infantil;</p>	<p>Permanente com início imediato</p> <p>Permanente com início imediato e Longo prazo</p>
--	---	---	--	---

<p>2. Identificação</p>	<p>2.1 Notificar casos com o devido acompanhamento de uma equipe de multidisciplinar;</p> <p>2.2 Definir um fluxograma de competências para cada profissional;</p> <p>2.3 Implementar a notificação integrada;</p> <p>2.4 Identificar a natureza do trabalho;</p> <p>2.5 Articular através da busca Ativa a identificação da realidade;</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Trabalho</p> <p>Conselho tutelar</p> <p>Conselho de direitos</p> <p>INCRA</p> <p>MDA</p> <p>IBAMA</p> <p>Turismo</p> <p>Juizado da infância e juventude</p>	<p>Capacidade de identificação mais precisa dos casos aprimorada;</p>	<p>Permanente com início imediato</p>
<p>3. Proteção</p>	<p>3.1 Garantir a proteção de crianças e adolescentes através dos conselhos de direitos</p> <p>3.2 Garantir que o adolescente esteja na escola, através de projetos e educação</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Trabalho</p> <p>Conselho tutelar</p>	<p>Reincidência do trabalho infantil prevenida</p>	<p>Médio Prazo</p>

	<p>integral;</p> <p>3.3 Expandir o Programa Mais Educação;</p> <p>3.4 Apoiar o empreendedorismo e o Micro Credito produtivo;</p> <p>3.5 Fomentar ações que garantam a formalização dos pais.</p>	<p>Conselho de direitos</p> <p>Juizado da infância e juventude</p>		
4. Defesa e Responsabilização	<p>4.1 Aumentar o valor das multas para as situações de empregador identificado.</p> <p>4.2 Responsabilizar solidariamente empresas que encabeçam a cadeia produtiva quando identificado o trabalho infantil na mesma.</p> <p>4.3 Estipular critérios para a cassação da concessão para utilização de espaços públicos.</p>	<p>Assistência Social</p> <p>Saúde</p> <p>Educação</p> <p>Trabalho</p> <p>Conselho tutelar</p> <p>Conselho de direitos</p> <p>Juizado da infância e juventude.</p> <p>Polícia Federal.</p> <p>Ministério Público Estadual</p>	Trabalho infantil diminuído	Curto, médio e longo prazo

		Ministério Público do Trabalho		
		Poder Judiciário		
5.	5.1 Relatórios 5.2 Números de notificações 5.3 Números de pessoas qualificadas 5.4 Número de campanhas realizadas 5.5 SINAM 5.6 CADASTRO ÚNICO 5.7 SITI 5.8 SICON 5.9 SIGPBF 5.10 SISC 5.11 SITI 5.12 SICON 5.13 Número de fiscalizações no sistema dom SITI			

Grupo 5 – TRABALHO AGRÍCOLA

Eixos de Atuação	Planejamento das Ações Intersetoriais	Políticas Envolvidas	Resultados Esperados	Prazo (Até 2017)
1. Informação e Mobilização	1.1 Realizar Capacitações com os técnicos do CRAS; 1.2 Fortalecer o CadUnico; 1.3 Implantar a intersectorialidade e	Todas as secretarias municipais em parceria com as secretarias estaduais; Conselhos tutelares Sociedade civil	Órgãos parceiros envolvidos Rede de enfrentamento consolidada Materiais gráficos elaborados e produzidos	

	<p>mobilizar órgãos parceiros para trabalhar em rede;</p> <p>1.4 Criar fóruns de mobilização municipal;</p> <p>1.5 Realizar de sensibilização junto à comunidade;</p> <p>1.6 Utilizar espaços dos programas de aquisição de alimentos para instrução dos agricultores;</p> <p>1.7 Construir material gráfico educativo em conjunto com a educação, saúde, agricultura e assistência social;</p> <p>1.8 Trabalhar as comunidades com a verba do IGD;</p>	<p>Policiais civis e militares</p> <p>Ministério Público</p>		
<p>2. Identificação</p>	<p>2.1 Descentralizar os serviços ofertados para atender maior quantidade de demanda;</p> <p>2.2 Realizar ações de busca-ativa;</p> <p>2.3 Capacitar professores e</p>	<p>Entidades religiosas</p>		

	<p>ACS para identificação;</p> <p>2.4 Realizar reuniões com comunidades religiosas;</p> <p>2.5 Levantar informações com as equipes volantes;</p>			
3. Proteção	<p>3.1 Propor intervenções nas empresas com base nas informações advindas da rede;</p> <p>3.2 Integrar o orçamento municipal, unindo recursos de todas as secretarias e conscientizando tanto órgão quanto sociedade;</p> <p>3.3 Potencializar o programa Mais Educação;</p> <p>3.4 Ampliar as equipes volantes;</p> <p>3.5 Participar de eventos anuais das mulheres no campo;</p> <p>3.6 Realizar ações em conjunto com sindicato dos</p>	<p>Ministério do Trabalho</p> <p>Programa Mais Educação</p> <p>Sindicato dos trabalhadores rurais</p>		

	<p>trabalhadores rurais;</p> <p>3.7 Criar um selo do município sem trabalho infantil;</p>			
<p>4. Defesa e Responsabilização</p>	<p>4.1 Fortalecer os papéis dos conselhos civis e tutelares;</p> <p>4.2 Convidar as equipes técnicas para discutir o tema;</p>	<p>Conselhos Civis e Tutelares</p>		